Relatório e Contas do Exercício 2022

Direção da ACS

www.acasapiana.com | acasapiana@acasapiana.com |
217 622 020 | Rua António Pinho, nº6 / 6 C, 1500-661 Lisboa

Índice

I. Introdução 2
II. Acontecimentos Relevantes 2
III. Análise financeira 3
IV. CONCLUSÃO 5
V. Agradecimentos 5
VI. Ata da Direção 6
VII. Parecer do Conselho Fiscal 7
CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2022 8
1. Administração e Gestão 8
1.1. Recursos Financeiros e Patrimoniais 9
1.2. Investimentos, gestão e manutenção de património 10
1.3. Recursos Humanos 10
2. Relação com os Associados (as) e com o exterior 11
2.1. Relação com Associados (as) 11
2.2. Relação com o exterior 11
CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais 12
1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Metas e Dinâmicas e Serviços prestados 12
1.1 Metas e dinâmicas 12
1.2 Serviços prestados 13
2. Núcleo de Convívio e Partilha (NCP); Metas, Dinâmicas e Serviços prestados 13
2.1 Metas e dinâmicas 13
2.2 Serviços prestados 13
3. Funcionamento Global 13
Considerações Finais 14
ANEXO – Contas 2022 15

I. Introdução

Em conformidade com a Lei e os Estatutos da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS, com sede na Rua António Pinho, nºs. 6, 6A, 6B e 6C, Parque do Monsanto, 1500-661 Lisboa, inscrita com o número de registo 26/94, em 16 de Maio de 1994 – Livro nº 5 folha nº 182 e verso considerado efetuado em 19/7/1993, conforme publicação no Diário da República nº 168, III série, a folhas 13312 de 22/7/1994, com o NIF: 503109487 e NISS 20004217089, e, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 59º - A do Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas do Exercício referente ao ano de 2022.

O citado Relatório é o resultado do trabalho desenvolvido, pela Direção, durante o ano de 2022 e resulta da consolidação dos modelos de funcionamento que garantirão a solidez económica e financeira da instituição.

O exercício de 2022 ainda foi condicionado pela situação de pandemia que assola o país desde 2019, embora de forma mais mitigada, pelo que os desafios colocados pelo combate à crise pandémica COVID – 19, em especial à proteção dos utentes e colaboradores da ACS foram parcialmente mantidas. Nestas condições, a atitude na condução dos destinos da nossa instituição registou um impulso pró-atividade, tendo-se avançado na formulação de ações e programas visando o período pós-pandemia, nas apostas feitas no processo formativo dos colaboradores da ACS e na melhoria dos processos operacionais administrativos, técnicos e de cuidados dos utentes.

Continuamos a honrar os nossos irmãos Casapianos fundadores e a Solidariedade Gansíada. A nossa Felicidade é a Felicidade que proporcionamos aos outros.

II. Acontecimentos Relevantes

Embora se tenha verificado algum alívio nas restrições impostas pela pandemia, o ano de 2022 foi fortemente afectado pelas convulsões político-militares registadas no leste da Europa, e sem fim à vista, com impactos sérios na economia global, de que se destacam, entre outros, aumento generalizado dos custos de energia e inflação elevada e persistente.

Para a ACS, isso significou subida significativa dos preços de aquisição dos diversos bens e serviços necessários à operação corrente e ao investimento – e sem grandes possibilidades de repercutir esses aumentos para o consumidor final (os utentes).

A uma crise (pandemia) cujos efeitos ainda não foram totalmente debelados, sucede-se outra (económica), igualmente com impacto negativo, não sendo razoável admitir que o contexto macroeconómico melhore a curto prazo.

A fim de responder às dificuldades de tesouraria provocadas pelo prejuízo operacional no período, procedeu-se à venda de património imobiliário no montante 531 452,49 euros (valor líquido), conforme consta da conta "787 – Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros" na Demonstração de Resultados por Natureza Social.

III. Análise financeira

Para o ano de 2022, a sustentabilidade financeira da ACS manteve-se como objetivo prioritário que, de resto, já vinha de anos anteriores. Tal objetivo exigiu uma intervenção incisiva e persistente na estrutura de custos e proveitos associada ao funcionamento das respostas sociais operadas pela ACS, até se alcançar o equilíbrio desejável. No plano financeiro, e para o período em análise, propunha-se a recuperação da situação deficitária verificada em períodos anteriores, expressa por um Resultado Líquido de 1 744,31 euros (valor proposto em orçamento). A estratégia assentava na contenção dos Gastos ao nível do verificado em 2021, por um lado, e na recuperação dos Rendimentos para níveis superiores aos então verificados, por outro.

1. GASTOS

Q. 1 - Gastos

(Euros)

GASTOS		Dezembro /2022 (Orçamento)	Dezembro /2022 (Real)	Final /2022 (Revisto)
61	CMVMC	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	778 975,00	951 251,93	951 251,93
63	Gastos com o pessoal	1 095 632,38	1 166 624,33	1 166 624,33
64	Gastos de depreciação e de amortização	161 666,02	157 883,58	157 883,58
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	116,19	116,19
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	60 000,00	262 589,74	262 589,74
69	Gastos e perdas de financiamento	30 000,00	21 260,09	21 260,09
	Total Gastos	2 126 273,40	2 559 725,86	2 559 725,86

A evolução das principais contas de Gastos foi como segue:

1. "62-Fornecimentos e serviços externos" e "63-Gastos com o pessoal" registam desvios desfavoráveis de 22,12% e 6,48%, ainda como consequência da pandemia recente;
2. "68-Outros gastos e perdas" com desvio desfavorável de 337,65%, resultado de regularizações ditadas por factos contabilísticos extraordinários (quebras de receitas);
3. "64-Gastos de depreciação e de amortização" e "69-gastos e perdas de financiamento" mantiveram a evolução de contenção orçamental (decréscimos de 2,34% e 29,13%, respetivamente).

2. RENDIMENTOS

Q. 2 - Rendimentos

(Euros)

RENDIMENTOS		Dezembro /2022 (Orçamento)	Dezembro /2022 (Real)	Final /2022 (Revisto)
71	Vendas	0,00	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	1 264 625,00	1 463 577,06	1 463 577,06
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios à exploração	553 851,52	462 523,53	462 523,53
76	Reversões	0,00	0,00	0,00
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	309 541,19	676 136,86	676 136,86
79	Juros... e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
	Total Rendimentos	2 128 017,71	2 602 237,45	2 602 237,45

As contas de Rendimentos registam comportamentos algo diferenciados:

1. "72-Prestações de serviços", a expressão operacional dos rendimentos, regista um ganho orçamental (acréscimo de 15,73% face ao orçamento), como resultado da recuperação da taxa de ocupação do equipamento ERPI (próxima do limite máximo);

2. "75-Subsídios à exploração", por força de apoios públicos concedidos em Dezembro, amorteceu, mas não virou, a evolução negativa registada ao longo do ano (quebra de 16,49% face ao orçamento);

3. "78-Outros rendimentos e ganhos", conta integralmente não operacional, cujo desvio orçamental acumulado positivo de 118,43%, foi a determinante da composição do resultado da operação da ACS.

3. RESULTADOS

Q. 3 - Resultados

(Euros)

RESULTADOS		Dezembro /2022 (Orçamento)	Dezembro /2022 (Real)	Final /2022 (Revisto)
81	Resultado líquido do período	1 744,31	42 511,59	42 511,59

O saldo global da evolução das contas de Gastos e de Rendimentos determina um Resultado Líquido de 42 511,59 euros, significando uma substancial recuperação em relação a 2021. Todavia, o impacto de factos contabilísticos não associados à operação corrente é significativo, e esses mesmos factos não são imediatamente controláveis ou programáveis, o que introduz um elemento de imprevisibilidade na avaliação e resultado do funcionamento da ACS no presente e para o futuro.

IV. CONCLUSÃO

Globalmente, o objetivo de redução do *déficit* da operação total foi alcançado, embora o peso de resultados extraordinários (tanto ao nível dos Gastos como ao nível dos Rendimentos) seja significativo: (a) os Gastos (quadro 1) registaram um valor 20,39% superior ao orçamentado; (b) os Rendimentos (quadro 2), ultrapassaram o valor orçamentado em 22,28%. O efeito combinado daqueles movimentos determinou o Resultado Líquido positivo de 42 511,59 euros, bem acima do valor de 1 744,31 euros inicialmente projetado para 2022 (quadro 3). O peso de fatores extraordinários nestas contas não é garantia da sustentabilidade financeira que constitui o objetivo prioritário do funcionamento corrente/operacional da ACS.

V. Agradecimentos

A ACS e os seus corpos gerentes agradecem a colaboração e o apoio das instituições nossas parceiras: ISS, IP - Segurança Social; PSP – Polícia de Segurança Pública – Posto do Bairro da Boavista; Escola Superior de Educação de Lisboa - ESELx; Universidade Católica – (Enfermagem – Lisboa); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Cruz Vermelha Portuguesa, Ordem dos Psicólogos e Escola Superior de Psicólogos.

Ao Banco Montepio, Associação Mutualista Montepio, ao CPAC – Casa Pia Atlético Clube e à Casa Pia de Lisboa deixamos uma referência muito especial de agradecimento e abraço Casapiano. Merecem referência nesta secção, também, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP, a GALP e, ainda, os nossos fornecedores parceiros.

Todavia, a inexcedível dedicação e profissionalismo dos colaboradores da ACS, da Direção à Ação Direta, passando pelos Serviços de Apoio e Funcionamento e, ainda, a atitude positiva dos nossos utentes e suas famílias têm permitido, progressivamente e cautelosamente, o regresso à normalidade. Quaisquer agradecimentos ficarão sempre aquém do devido. Bem hajam.

VI. Ata da Direção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

ACTA Nº 344 DA REUNIÃO DE DIRECÇÃO

A 14 de Março de 2023, pelas 16,30 horas, realizou-se a reunião da Direção para apresentação e aprovação do Relatório e Contas de 2022;.....

Estiveram presentes os senhores Luís Figueiredo, Presidente, Leonel Vicente, Nuno Carrilho, Luís Reis e José Serafim, Vogais, como membros efetivos da Direção;.....

1 – Reunião com o Conselho Fiscal;.....

A Direção da ACS reuniu com o Conselho Fiscal para que pudessem ser prestados os devidos esclarecimentos relativos às contas, bem como, a apreciação geral do exercício de 2022. Foram prestadas as informações solicitadas pelos membros do Conselho Fiscal e respondidas todas as suas questões;.....

2 - Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2022;.....

Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2022. Após aprovação, o referido relatório será publicado e disponibilizado aos associados e demais interessados através dos meios de comunicação existentes (site ACS – www.acasapiana.com). O Relatório e Contas do exercício de 2022 será apresentado e discutido na Assembleia Geral Ordinária da ACS que se realiza no próximo dia 31 de Março de 2023;.....

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada a reunião de que se lavrou esta ata, a qual vai ser assinada pelos presentes;.....

O Presidente _____

(Luís Filipe da Silva Figueiredo)

O Vogal _____

(Leonel Luís dos Santos Vicente)

O Vogal _____

(Nuno Miguel Faria Carrilho)

O Vogal _____

(Luís Manuel Gonçalves Reis)

O Vogal _____

(José António dos Santos Serafim)

VII. Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2022

Este é o Relatório da atividade do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direção, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Relatório

O Conselho foi periodicamente informado do desenvolvimento das ações da Direção, durante o exercício de 2022, permitindo-lhe considerar informativo e elucidativo o Relatório de atividades da Direção apresentado para apreciação.

No desempenho das suas funções o Conselho apreciou as contas do exercício de 2022, que lhe foram apresentadas pela Direção e considera-as em boa ordem e espelhando a situação financeira da Associação.

Dado o exposto, o Conselho Fiscal formula o seguinte:

Parecer

1. Que sejam aprovados o Relatório e as Contas de exercício de 2022 nos termos apresentados pela Direção.
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Direção pela qualidade que tem conseguido imprimir à sua atividade.

Lisboa, 14 de Março de 2023

O Presidente _____(Henrique Manuel Fonseca)

O Vogal _____(Tiago Filipe Gonçalves Serra Silva Figueiredo)

O Vogal_____(Manuel António Marques Chen)

CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2022

O ano de 2022 traduziu-se num ano em que se tentou estabilizar e organizar a instituição ao nível financeiro, ao nível de recursos humanos e ao nível de fornecedores o que permitiu uma prestação de serviços mais eficaz e eficiente, embora, com várias limitações impostas pelo cenário de Guerra iniciado no ano em referência. Embora tenha sido um ano em que se pressupunha a estabilização, esta foi dificultada pelos cenários já apresentados, no entanto, e através de um rigor escrutinado e de níveis de exigência elevados conseguiu-se uma gestão cuidada ao nível das mais diversas rúbricas existentes, possibilitando assim a redução de algumas despesas e a otimização de alguns custos para um melhor funcionamento da instituição.
Pese embora o aligeiramento dos constrangimentos determinados pela pandemia e pela evolução da guerra, a operação em 2022 manteve, no essencial, as mesmas preocupações globais:

- Mitigação de impactos negativos no funcionamento da ERPI e nos equilíbrios económico-financeiros da ACS;
- Prevenção de riscos e ameaças ao bem-estar e segurança dos seus utentes e colaboradores;
- Procura de recursos adicionais (humanos, financeiros, técnicos e outros) à operação.

A recuperação da taxa de ocupação na resposta social ERPI, que fora visível a partir de Setembro de 2021, foi mais evidente em 2022 que, associada a algum alívio das condições restritivas, permitiu a formulação e adoção gradual de melhores procedimentos de funcionamento, e, de uma atitude mais proactiva de funcionamento.
As dificuldades ainda não foram integralmente debeladas – a situação financeira e de tesouraria continua a merecer especial atenção (o ambiente global de preocupação com a crise económica a isso obriga) mas o ano de 2022 terminou com uma perspetiva mais positiva do que começou, o que pode ser um bom indicador para o ano de 2023 que inicia com certeza de que iremos conseguir ultrapassar os obstáculos financeiros que este ano irá transportar e que são transversais a toda a comunidade europeia.

1. Administração e Gestão

A melhoria contínua do funcionamento e atuação da ACS é um objetivo corrente e permanente, refletindo-se na forma rigorosa e criteriosa como foi feita a gestão e a administração dos recursos materiais e humanos nas várias respostas sociais da ACS. Ainda assim, e no decorrer do ano de 2022, não se conseguiu atingir em pleno o objetivo de diminuir o *deficit* de formação e o objetivo de implementar as ações de formação e capacitação que se entendiam necessárias e adequadas para garantir a qualidade e o desenvolvimento humano e profissional dos funcionários da instituição.
Estes objetivos não foram atingidos no seu pleno, justificando-se pela dificuldade e instabilidade que existiu nas equipas de trabalho o que impossibilitou a viabilidade de uma formação mais assertiva, no entanto, a formação aconteceu pontualmente em algumas categorias profissionais,

destacando-se os esforços no sentido da capacitação dos funcionários superiores nas tarefas de gestão e de controlo interno e operacional com o objetivo de alcançar uma autonomia operativa e de atenuação de risco operacional e legal da instituição.
Adicionalmente, procurou-se reduzir o peso das respostas de emergência, com aposta em medidas de alcance a médio e longo prazo. Há objetivos cuja concretização vem sendo adiada, remetidos de um exercício para o seguinte, e em 2022 de novo aconteceu, devendo salientar-se os seguintes projetos que transitarão para 2023:

- Fortalecer a resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- Consolidação da resposta social Núcleo de Convívio e Partilha (NCP);
- Construção da nova lavandaria e renovação de outros equipamentos;
- Projeto - RACD - Residência para Adultos com Deficiência;
- Construção do Jardim e Zona Verde de Lazer.

Importa ainda referir que o lançamento, por parte do Governo, (no âmbito das políticas de coesão económica da União Europeia) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), não permitiu concluir nenhum programa específico, mas os procedimentos em curso permitiram alimentar algum otimismo para 2023.
A Direção da ACS, no decorrer do ano em análise, fez todos os esforços para alcançar a normalidade do que é a vida numa instituição com as suas potencialidades e com as suas fraquezas tentando, adicionalmente, procurar soluções para atingir aqueles que foram os objetivos estabelecidos.

1.1. Recursos Financeiros e Patrimoniais

A sustentabilidade financeira é um dos objetivos de fundo no que respeita à estrutura da ACS, que se esperava que fosse alcançado em 2019, mas foi sendo protelado para os exercícios seguintes. Embora a situação tenha melhorado em 2022, por comparação com 2021, continua a ser um objetivo adiado. O principal obstáculo tem sido a dificuldade em rentabilizar ativos subutilizados, bem como, o lançamento de soluções geradoras de receitas e/ou de contenção de custos.
Desta forma, o financiamento junto do Montepio Geral continuou a ser uma solução de último recurso. A realização de recursos extraordinários teve, também, um impacto importante, como noutra se salientou. Porém, estas soluções, por si só, não garantem a desejada sustentabilidade financeira.
Ainda assim, procurou-se, por gestão criteriosa, manter as responsabilidades dentro de limites razoáveis.
Dada a sua relevância, e no que concerne a encargos referentes a fornecedores, manteve-se a preocupação e o rigor com os custos da ACS nas diversas áreas funcionais pelo que foram efetuados vários estudos por forma a reduzir custos sem prejuízo da qualidade. As contas agora

apresentadas à Assembleia espelham também o aumento dos custos em algumas rúbricas ao longo do ano, nomeadamente, e com maior impacto, na Exploração de Refeitórios, nos produtos de Higiene e Limpeza e na Energia e Fluídos.

1.2. Investimentos, gestão e manutenção de património

Os principais eixos de investimento previstos para 2022 - restruturação e modernização da lavandaria, da morgue e da central térmica da instituição, energias renováveis e, ainda, a aquisição de uma viatura adaptada para o transporte dos residentes das respostas sociais da instituição – só parcialmente foram concretizados, exemplo disso foi o investimento em painéis fotovoltaicos e bombas de calor, que se traduzirão numa economia substancial no consumo de energia – processos que se mantêm ativos, e transitaram para o ano de 2023.

No decorrer do ano, e no que concerne ainda a investimentos realizados, foram também adquiridos alguns equipamentos necessários, desde mobiliário, a fardamento, a rouparia, a material geriátrico, entre outros necessários para o correto funcionamento da resposta social ERPI.

Mesmo com os investimentos realizados, a ação empreendida foi meticulosa no ano de 2022 tendo em vista a salvaguarda do essencial ao equilíbrio da situação económico-financeira da ACS, e assim continuará a ser em 2023.

1.3. Recursos Humanos

Das diversas áreas que integram o funcionamento da ERPI da ACS, os Recursos Humanos é uma das que mais sentiu o impacto da crise pandémica a partir de 2019. Os planos de desenvolvimento global tiveram que ser adiados e/ou adaptados, dado que a prioridade passou a ser quase exclusivamente a proteção de utentes e colaboradores, mantendo-se a qualidade dos serviços prestados pelo que se pode considerar extremamente positivo. Em 2022 foi possível alguma abertura da lógica reativa em favor de uma abordagem mais pró-ativa.

Ainda assim, em 2022, o movimento de Recursos Humanos, neste contexto, não traduziu por completo o funcionamento normal da ERPI, tendo decorrido, em menor grau que anteriormente, em modo contingencial.

Importa referir que no ano em referência foram mantidos os rácios do quadro de funcionários, e, adicionalmente, feito um reforço de profissionais mais qualificados através da Medida ATIVAR + do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

2. Relação com os Associados (as) e com o exterior

2.1. Relação com Associados (as)

A relação com os Associados no ano de 2022 revestiu-se de caracterização diferente, mas manteve-se com o mesmo espírito de interajuda, confiança e transparência o que resultou no aumento do número de associados.

Mantivemos o Boletim "ECOS" e a Newsletter da ACS que tem permitido uma aproximação entre a instituição e os seus associados. Conseguimos com o Boletim dar a conhecer o nosso dia-a-dia e as nossas atividades, contando com a colaboração dos funcionários, residentes e familiares que escrevem as suas próprias experiências com a ACS. O Boletim continua grátis, é enviado para todos os associados e está disponível para leitura no site institucional da ACS (www.acasapiana.com), bem como, a Newsletter que em conjunto representam os principais mecanismos e meios de comunicação com os Associados da ACS. Acreditamos que os meios de comunicação que utilizamos permitem uma maior abertura ao exterior daquilo que é o nosso *Core Business*, permitindo que as pessoas por iniciativa própria se queiram juntar à nossa casa.

A grande inovação na relação com os associados está relacionada com as parcerias e protocolos firmados, com várias entidades e empresas, que permitem aos associados usufruir de um conjunto de benefícios que acreditamos contribuir para um continuo crescimento da nossa esfera de associados. As parcerias e protocolos foram, e serão também em 2023, a grande aposta da instituição para oferecer aos Associados.

À data deste relatório a ACS oferece aos seus associados parcerias com a Auditiva + (25 % desconto na compra de produtos), Óptica São Cristóvão (30 % desconto na compra de armação e lentes), Farmácia Berne (10 % desconto na compra de produtos – acumulável com o cartão das Farmácias Portuguesas), Clinica dos Jerónimos (vários descontos mediante a tabela de preços), Aulas de Hidroterapia (nas instalações da ACS – 25,00 euros/mês + 10,00 euros seguro /ano), Consultas de Psiquiatria (realizadas na ACS com um custo de 45,00 euros por sessão) e Cartão Repsol + (desconto em combustível acumulável com as poupanças em vigor nas estações – 6cent/L em combustíveis Neotech; 5 cent/L em combustíveis simples).

No que diz respeito a sócios ativos no final de 2022, foram contabilizados 1010, comparado com os 947 registados em 2021.

2.2. Relação com o exterior

A relação da instituição com o exterior manteve-se aliada aos nossos principais meios de comunicação, site da instituição, Boletim Ecos e *Newsletter*, sem alterações significativas. Porém, a crise trouxe novos parceiros e contatos, bem como, a necessidade de enfrentar novos desafios e novos modos de cooperação.

Continuamos a colaborar com o jornal "O Casapiano" dando continuidade à relação de proximidade com a comunidade Casapiana.

No que diz respeito às entidades externas, mantivemos as boas relações com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, organismo tutelar da ERPI, e com a Casa Pia de Lisboa (CPL), através do seu Conselho Diretivo, onde se conservaram as relações institucionais e de colaboração.

No decorrer do ano mantivemos a relação com a CML e com as Instituições da Comunidade onde estamos inseridos (Junta de Freguesia, PSP, Paróquias, Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS).

Os esforços da ACS por manter e fortalecer as relações com o exterior traduziram-se igualmente no desenvolvimento de alguns estágios curriculares, e não curriculares, com a CPL, com a Fundação Liga, com a Cruz Vermelha Portuguesa, com a Universidade ESELx e com a Universidade Católica de Lisboa (enfermagem).

CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais

1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Metas e Dinâmicas e Serviços prestados

O objetivo para 2022, no que à ERPI diz respeito, era o de operar com uma taxa de ocupação média de 95% da capacidade total (105), ou seja, 100 utentes, mantendo-se a qualidade e segurança dos serviços prestados. O valor real ficou muito próximo desse objetivo, como anteriormente já foi apontado. Esse resultado foi, com efeito, e pela positiva, determinante, embora não exclusivamente, para a formação dos resultados financeiros do funcionamento da ERPI e da ACS em 2022.

No que diz respeito ao funcionamento diário da resposta em referência, mantivemos a utilização da aplicação informática RAD que garante que todos os Registos da Atividade Diária dos residentes são corretamente realizados pelas AAD´s em tempo real, permitindo perceber as atividades que são realizadas, a quem e por quem, para que numa situação anómala se possa intervir rapidamente. Mantivemos a elaboração, e posterior discussão pela equipa Multidisciplinar da ACS, dos Planos Individuais de Cuidados que são completamente ajustados ao residente através do respetivo Gestor de Caso que é responsável por todo e qualquer assunto relacionado com os seus residentes. À semelhança da figura de Gestor de Caso, foi também implementado o Enfermeiro de Referência que pressupõe um acompanhamento mais eficiente e personalizado ao residente e suas famílias.

1.1 Metas e dinâmicas

Foram cumpridas e alcançadas as metas estabelecidas para as diferentes áreas de intervenção, animação, enfermagem, serviço social, entre outras, possibilitando a excelência na prestação de um serviço naquelas que são duas áreas com cada vez mais importância no país e no mundo: geriatria e gerontologia. Esta realidade apenas foi possível pelo investimento efetuado pela

Direção da instituição no recrutamento de profissionais qualificados que se complementa com a diversidade de saberes existentes nas várias equipas de profissionais da instituição.

1.2 Serviços prestados

Esta resposta social funcionou nos 365 dias do ano nas 24 horas diárias, utilizando a mesma metodologia de trabalho, melhorando e inovando no acompanhamento dos residentes e nos serviços por nós prestados.

2. Núcleo de Convívio e Partilha (NCP); Metas, Dinâmicas e Serviços prestados

O Núcleo de Convívio e Partilha (NCP) funcionou em 2022 com uma média anual de 3 utentes, muito aquém da sua capacidade. O objetivo era trabalhar a plena capacidade e, para tal, o serviço de transporte adaptado seria um instrumento valioso. Os resultados ficaram muito aquém do proposto.

2.1 Metas e dinâmicas

A meta traçada no Programa de Ação e Orçamento para 2022, para esta resposta social, não foi atingida pois os esforços feitos na sua divulgação ainda não surtiram efeitos.

2.2 Serviços prestados

O NCP funcionou de segunda a domingo, em horário alargado das 07h às 22h horas, com viatura para transportar os seus utentes. Embora o leque de pacotes opcionais seja muito diversificado e vasto, continua a assistir-se a uma escolha maioritária do horário semanal.

3. Funcionamento Global

Para as diferentes áreas funcionais - Direção Geral, Direção Técnica, Direção Administrativa e Financeira, Serviços de Saúde, Serviço Social, Enfermagem, Coordenação de Equipas, Equipa Multidisciplinar, Animação Sociocultural, Marketing e Manutenção e Obras previa-se uma atuação coordenada e integrada, de cujo sucesso resultaria o alcance de níveis de funcionamento superiores, com qualidade e segurança do serviço prestado modelares para o sector. Trata-se de um objetivo permanente, mas pode considerar-se que foi alcançado.

Também se perspetivara a consolidação financeira, económica e patrimonial da ACS e da ERPI. A crise pandémica, porém, pela sua intensidade e duração (na verdade, ainda persiste) obrigou a um desvio significativo em relação aos objetivos propostos, para que quase todos os esforços se concentrassem no combate à emergência assim colocada.

À relativa acalmia da pandemia, sucedeu a emergência, talvez mesmo crise, económica, com a sua longa lista de dificuldades e desafios agravados com a situação de guerra entre a Rússia e

a Ucrânia que se mantém até aos dias de hoje.Os objetivos emergentes foram plenamente alcançados. Os objetivos inicialmente propostos, nem tanto, com impacto sobre a consolidação financeira.

Considerações Finais

As contas apresentadas à aprovação da Assembleia traduzem a situação financeira e contabilística da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS. A crise pandémica, em abrandamento, e a crise económica, persistindo, condicionaram seriamente a operação referente ao ano de 2022, tendo os resultados extraordinários desempenhado um papel essencial no equilíbrio imediato da situação financeira. A médio e longo prazo esta questão – sustentabilidade financeira – irá permanecer como objetivo essencial.

À crise pandémica seguiu-se a crise financeira – ainda em curso - o que obriga, para 2023, a mesma determinação verificada em 2022.

A comunidade Casapiana ergueu e mantém uma obra que a todos nos orgulha.

Associação Casapiana de Solidariedade, 14 de Março de 2023

Pela Direção:

Luís Filipe da Silva Figueiredo_____

(Presidente da ACS)

ANEXO – Contas 2022

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração Fluxos Caixa	6
Anexo	
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Investimentos	
5.1. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	12
5.1.1 Bens do domínio público	12
5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural	12
5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis	13
5.1.4 Propriedades de investimento	14
6. Ativos intangíveis	14
7. Financiamentos obtidos	15
8. Custos dos financiamentos obtidos	15
9. Inventários	16
10. Rendimentos	16
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12. Subsídios, doações e legados à exploração	17
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14. Imposto sobre o rendimento	17
15. Benefícios dos empregados	17
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17. Outras Informações	

17.1. Investimentos financeiros	18
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
17.3. Créditos a receber	18
17.4. Outros ativos correntes	19
17.5. Diferimentos	19
17.6. Caixa e depósitos bancários	19
17.7. Fundos patrimoniais	20
17.8. Fornecedores	20
17.9. Estado e outros entes públicos	21
17.10. Outros passivos correntes	21
17.11. Fornecimentos e serviços externos	22
17.12. Outros rendimentos	23
17.13. Outros gastos	23
17.14. Resultados financeiros	23
17.15. Informações genéricas	24
17.16. Acontecimentos após a data do balanço	24

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

BALANÇO
dezembro 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1.3+5.1.4	4 143 418,15	4 330 555,45
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	17.1	15 256,66	14 054,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros crédito e ativos não correntes			
		4 158 674,81	4 344 610,38
Activo corrente:			
Inventários			
Créditos a receber	17.3	26 028,87	206 667,42
Estado e outros entes públicos	17.9	10 320,54	6 958,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	60 061,19	43 856,63
Diferimentos	17.5	7 468,42	5 668,60
Outros activos correntes	17.4	26 724,51	59 681,07
Caixa e depósitos bancários	17.6	71 096,53	20 297,87
		201 700,06	343 129,85
Total do activo		**4 360 374,87**	**4 687 740,23**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		3 869,82	3 869,82
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		-417 237,58	-397 155,57
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		**3 023 145,40**	**3 263 483,42**
Subsídios ao investimento		3 023 145,40	3 119 486,59
Doações			143 996,83
Outras variações			
		2 609 777,64	2 870 197,67
Resultado líquido do período		42 511,59	-20 082,01
Total dos fundos patrimoniais	17.7	**2 652 289,23**	**2 850 115,66**
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões especificas			
Financiamentos obtidos	7+8	946 754,68	1 179 551,41
Outras dívidas a pagar			
		946 754,68	1 179 551,41
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	161 013,86	194 691,70
Estado e outros entes públicos	17.9	31 980,98	48 316,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7+8	229 490,88	112 799,34
Diferimentos	17.5	22 539,53	1 690,50
Outros passivos correntes	17.10	316 305,71	300 574,68
		761 330,96	658 073,16
Total do passivo		**1 708 085,64**	**1 837 624,57**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**4 360 374,87**	**4 687 740,23**

O Contabilista Certificado 12501

A Direcção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dezembro 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		2022		
		2022	2021	LAR	CENTRO DIA	ACS SEDE
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados	10	1 463 577,06	1 193 710,76	1 402 124,28	17 951,58	43 501,20
Subsídios, doações e legados à exploração	12	462 523,53	517 934,33	353 398,39	107,81	109 017,33
ISS, IP - Centros Distritais		338 441,79	278 593,72	338 441,79	0,00	0,00
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários		4 065,05	7 039,23	4 063,08	1,97	0,00
Outras entidades publicas		13 892,84	24 924,52	10 893,52	105,84	2 893,48
Subsidios outras entidades			5 023,92	0,00	0,00	0,00
Doações e heranças		106 123,85	202 352,94	0,00	0,00	106 123,85
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	17.11	-951 251,93	-743 981,78	-914 109,59	-26 776,27	-10 366,07
Gastos com o pessoal	15	-1 166 624,33	-1 097 419,90	-1 108 264,92	-35 227,31	-23 132,10
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões especificas (aumentos/reduções)						
Outras imparidades (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor		-116,19		-106,00	-10,19	0,00
Outros rendimentos	17.12	676 136,86	363 543,05	133 228,39	5 031,60	537 876,87
Correções relativas a anos anteriores		20 974,25	13 408,23	16 526,44	159,24	4 288,57
Correções positivas de comparticipações do ISS, IP		10 107,33	7 943,35	10 107,33	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		10 866,92	5 464,88	6 419,11	159,24	4 288,57
Imputação de subsídios ao investimento		97 088,70	99 331,18	91 524,27	4 816,92	747,51
Outros rendimentos		558 073,91	250 803,64	25 177,68	55,44	532 840,79
Outros gastos	17.13	-262 589,74	-56 861,75	-18 329,11	-86,36	-244 174,27
Correções relativas a anos anteriores		-170 220,42	-251,02	-2 142,52	-26,51	-168 051,39
Correções negativas de comparticipações do ISS, IP				0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-170 220,42	-251,02	-2 142,52	-26,51	-168 051,39
Outros gastos		-92 369,32	-56 610,73	-16 186,59	-59,85	-76 122,88
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		221 655,26	176 924,71	-152 058,56	-39 009,14	412 722,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	-157 883,58	-167 273,11	-149 074,50	-8 809,08	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		63 771,68	9 651,60	-301 133,06	-47 818,22	412 722,96
Juros e rendimentos similares obtidos				0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.14	-21 260,09	-29 733,61	-20 197,10	-637,73	-425,26
Resultado antes de impostos		42 511,59	-20 082,01	-321 330,16	-48 455,95	412 297,70
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		**42 511,59**	**-20 082,01**	**-321 330,16**	**-48 455,95**	**412 297,70**

O Contabilista Certificado 12501

Ana Castro

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

dezembro 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1 513 618,21	1 266 797,93
Pagamentos de subsidios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-1 191 514,09	-782 528,15
Pagamentos ao pessoal		-738 228,25	-686 125,13
Caixa gerada pelas operações		**-416 124,13**	**-201 855,35**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-20 873,93	-60 994,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**-436 998,06**	**-262 849,78**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		**-14 302,75**	**-2 460,00**
Activos fixos tangíveis		-14 302,75	-2 460,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:		**532 200,00**	**115 950,00**
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		532 200,00	115 950,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**517 897,25**	**113 490,00**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		**179 128,25**	**200 867,33**
Financiamentos obtidos		75 000,00	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		104 128,25	200 867,33
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:		**-209 228,78**	**-454 538,75**
Financiamentos obtidos		-187 968,69	-424 805,14
Juros e gastos similares		-21 260,09	-29 733,61
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-30 100,53**	**-253 671,42**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		50 798,66	-403 031,20
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período (B)		20 297,87	423 329,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		71 096,53	20 297,87

O Contabilista Certificado 12501

Ana F Castro

A Direcção

Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Casapiana de Solidariedade, contribuinte n.º 503 109 487, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua António Pinho nº 6, 6A, 6B e 6C, Parque de Monsanto, 1500-661 Lisboa e registada pela inscrição nº 26/94, a fl. 182 v.º do livro nº 5 das associações de solidariedade social em 19 de junho de 1993. Tem como actividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* (Notas 17.4 e 17.11) e *"Diferimentos"* (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.
O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.
As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores /doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Créditos a receber e outros activos correntes

Os *"Créditos a receber"* e os *"Outros activos correntes"*, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.
As *"Perdas por Imparidade"* são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *"Caixa e depósitos bancários"* incluí, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em *"Fornecedores"* e *"Outros passivos correntes"* são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica *"Fundos"* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os *"Fundos Patrimoniais"* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, liquido de custos de transacção incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da divida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.
Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC):

"1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afecta aos respectivos fins."

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias parta a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflicta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.
Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.
Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.
As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.
O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.
As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.
Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.
As quotas, quando aplicável, são reconhecidas no ano a que correspondem.
Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.15. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.16. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos, exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, inicialmente em Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados em rendimentos do próprio período de acordo com a depreciação do activo afecto ao investimento.

3.2.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela Entidade foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração
- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

5.1 Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

5.1.1 Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de "*Ativos Fixos Tangíveis*" do domínio público.

5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui nem usufrui de quaisquer bens do património histórico, artístico ou cultural.

5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2022	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2022
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	69 568,80	0,00	**5 959 137,63**
Equipamento Básico	386 742,84	6 909,08	0,00	1 003,50	0,00	**394 655,42**
Equipamento Transporte	166 401,70	0,00	0,00	0,00	0,00	**166 401,70**
Equipamento Administrativo	187 667,76	2 221,08	0,00	0,00	0,00	**189 888,84**
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros Activos Fixos Tangíveis	137 835,62	0,00	0,00	-1 003,50	0,00	**136 832,12**
Activos Fixos Tangíveis em curso	15 379,70	105 612,95	0,00	-69 568,80	0,00	**51 423,85**
Total	**6 783 596,45**	**114 743,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 898 339,56**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	1 941 080,11	116 714,82	0,00	0,00	0,00	**2 057 794,93**
Equipamento Básico	283 538,41	29 384,28	0,00	0,00	0,00	**312 922,69**
Equipamento Transporte	158 560,45	7 841,25	0,00	0,00	0,00	**166 401,70**
Equipamento Administrativo	185 751,37	2 191,99	0,00	0,00	0,00	**187 943,36**
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros Activos Fixos Tangíveis	28 107,49	1 751,24	0,00	0,00	0,00	**29 858,73**
Total	**2 597 037,83**	**157 883,58**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 754 921,41**
					VL	4 143 418,15

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	**5 889 568,83**
Equipamento Básico	375 512,50	11 230,34	0,00	0,00	0,00	**386 742,84**
Equipamento Transporte	166 401,70	0,00	0,00	0,00	0,00	**166 401,70**
Equipamento Administrativo	187 012,14	655,62	0,00	0,00	0,00	**187 667,76**
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros Activos Fixos Tangíveis	136 832,12	1 003,50	0,00	0,00	0,00	**137 835,62**
Activos Fixos Tangíveis em curso	8 689,70	6 690,00	0,00	0,00	0,00	**15 379,70**
Total	**6 764 016,99**	**19 579,46**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 783 596,45**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	1 829 930,79	111 149,32	0,00	0,00	0,00	**1 941 080,11**
Equipamento Básico	253 767,43	29 770,98	0,00	0,00	0,00	**283 538,41**
Equipamento Transporte	142 271,66	16 288,79	0,00	0,00	0,00	**158 560,45**
Equipamento Administrativo	181 680,73	4 070,64	0,00	0,00	0,00	**185 751,37**
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros Activos Fixos Tangíveis	25 950,35	2 157,14	0,00	0,00	0,00	**28 107,49**
Total	**2 433 600,96**	**163 436,87**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 597 037,83**
					VL	4 186 558,62

5.1.4 Propriedades de Investimento

Designação	Saldo 01-01-2022	Aquisições Dotações	Alienação	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2022
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	149 499,35	0,00	-149 499,35	0,00	0,00	**0,00**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**149 499,35**	**0,00**	**-149 499,35**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	5 502,52	0,00	-5 502,52	0,00	0,00	**0,00**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**5 502,52**	**0,00**	**-5 502,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
					VL	0,00

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições Dotações	Alienação	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	158 746,00	118 399,38	-127 646,03	0,00	0,00	**149 499,35**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**158 746,00**	**118 399,38**	**-127 646,03**	**0,00**	**0,00**	**149 499,35**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções	3 174,92	3 836,24	-1 508,64	0,00	0,00	**5 502,52**
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**3 174,92**	**3 836,24**	**-1 508,64**	**0,00**	**0,00**	**5 502,52**
					VL	143 996,83

6. Ativos Intangíveis

Designação	Saldo 01-01-2022	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2022
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	**11 776,84**
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**11 776,84**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 776,84**
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	**11 776,84**
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**11 776,84**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 776,84**
					VL	0,00

Designação	Saldo 01/01/2021	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2021
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	**11 776,84**
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**11 776,84**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	**11 776,84**
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total	**11 776,84**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	11 776,84
					VL	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Locações

Designação	2022			2021		
	Inicio período	Rendas pagas	Fim período	Inicio período	Rendas pagas	Fim período
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	0,00	0,00	0,00	6 306,20	6 306,20	0,00
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	3 136,50	3 136,50	0,00	9 409,50	6 273,00	3 136,50
Total	**3 136,50**	**3 136,50**	**0,00**	**15 715,70**	**12 579,20**	**3 136,50**

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	V. Residual	Capital em divida		
					n/Corrente	Corrente	Total
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	01-12-2017	5 anos	31 531,01	5,01	0,00	0,00	0,00
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	03-04-2019	3 anos	31 365,00	0	0,00	0,00	0,00
Total			**62 896,01**	**5,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2022 de 2021 a Entidade registou os seguintes encargos com financiamentos obtidos:

Designação	2022	2021
Juros Suportados	**21 260,09**	**29 733,61**
De financiamentos obtidos	**21 260,09**	**29 733,61**
Locações Financeiras	0,00	0,00
Outros Financiamentos	21 260,09	29 733,61
Outros Juros	0,00	0,00
Total	**21 260,09**	**29 733,61**

Empréstimos

Designação	2022			2021		
	Inicio período	Rendas pagas	Fim período	Inicio período	Rendas pagas	Fim período
BANCO MG nº 185-36.100069-7	789 214,25	112 968,69	676 245,56	957 923,19	168 708,94	789 214,25
BANCO MG nº 088-30-100087-8	0,00	0,00	0,00	250 000,00	250 000,00	0,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	500 000,00	0,00	500 000,00	500 000,00	0,00	500 000,00
Total	**1 289 214,25**	**112 968,69**	**1 176 245,56**	**1 707 923,19**	**418 708,94**	**1 289 214,25**

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	Capital em divida		
				n/Corrente	Corrente	Total
BANCO MG nº 185-36.100069-7	01-11-2018	40 meses	1 200 000,00	557 865,79	118 379,77	676 245,56
BANCO MG nº 088-30-100087-8	15-05-2020	Linha crédito	250 000,00	0,00	0,00	0,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	27-12-2020	72 meses	500 000,00	388 888,89	111 111,11	500 000,00
Total			**1 950 000,00**	**946 754,68**	**229 490,88**	**1 176 245,56**

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "*Inventários*" não apresentava saldos.

10. Rendimentos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Designação	2022	2021
Vendas	**0,00**	**0,00**
Prestação de Serviços	**1 463 577,06**	**1 193 710,76**
Quotas	43 501,20	41 663,50
Utentes e comunidade	1 420 075,86	1 152 047,26
Trabalhos para a Própria Entidade	**0,00**	**0,00**
Subsídios, doações e outros	**462 523,53**	**517 934,33**
Subsídios das Entidades Públicas	356 399,68	310 557,47
Subsídios de outras entidades	0,00	5 023,92
Doações e heranças	106 123,85	202 352,94
Reversões	**0,00**	**0,00**
Ganhos por aumentos de justo valor	**99,18**	**0,00**
Outros rendimentos	**676 136,86**	**363 543,05**
Juros, dividendos e outros	**0,00**	**0,00**
Total	**2 602 336,63**	**2 075 188,14**

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2022 não ocorreram variações relativas a provisões.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha, nas rubricas de *"Subsídios, doações e legados à exploração"*, registados os seguintes montantes:

Designação	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	**346 034,84**	**296 103,29**
Instituto da Segurança Social	**342 506,84**	**285 632,95**
ERPI	338 441,79	278 593,72
Outros Subsídios (Adaptar Social +)	4 065,05	7 039,23
Autarquias	**0,00**	**0,00**
IEFP	**10 364,84**	**24 502,02**
IAPMEI	**3 528,00**	**422,50**
Outras Entidades	**0,00**	**5 023,92**
Provedoria Casa Pia de Lisboa	**0,00**	**5 023,92**
Doações e heranças	**106 123,85**	**202 352,94**
Total	**462 523,53**	**517 934,33**

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos períodos de 2022 e 2021, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado imposto retido na fonte por terceiros. A entidade encontra-se isenta de IRC com base no artigo 10º do CIRC.

15. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2022	2021
Remunerações	**932 902,17**	**846 411,11**
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	932 902,17	846 411,11
Indemnizações	**1 727,51**	**0,00**
Encargos sobre Remunerações	**206 304,21**	**187 627,42**
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	206 304,21	187 627,42
Seguro de A. de Trabalho	**19 668,00**	**21 017,21**
Gastos de Acção Social	**2 305,22**	**1 597,25**
Outros Gastos com o Pessoal	**3 717,22**	**39 281,30**
Total	**1 166 624,33**	**1 095 934,29**

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
A Entidade não dispõe nem é obrigada a dispor de Revisor Oficial de Contas.

17. Outras Informações

17.1. Investimentos Financeiros

No período de 2022 e 2021 a Entidade, de acordo com o estabelecido por lei para o Fundo de Compensação do Trabalhador (FCT) e para o Fundo de Restruturação do Sector Solidário (FRSS), detinha os seguintes movimentos na rúbrica de *"Investimentos Financeiros":*

Designação	Saldo 01-01-2022	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2022
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	**463,95**
FCT	13 590,98	4 727,83	0,00	-3 526,10	**14 792,71**
Total	**14 054,93**	**4 727,83**	**0,00**	**-3 526,10**	**15 256,66**

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2021
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	**463,95**
FCT	9 433,72	4 157,26	0,00	0,00	**13 590,98**
Total	**9 897,67**	**4 157,26**	**0,00**	**0,00**	**14 054,93**

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos nas contas em referência:

Designação	2022	2021
Doadores em curso	0,00	0,00
Quotas	60 061,19	43 856,63
Total	**60 061,19**	**43 856,63**

17.3. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *"Créditos a receber"* registavam os seguintes saldos:

Designação	2022	2021
Clientes c/c	100,00	168 258,62
Utentes c/c	25 928,87	38 408,80
Utentes cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	**26 028,87**	**206 667,42**

17.4. Outros activos correntes

A rubrica "*Outros activos correntes*" registava, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os seguintes valores:

Designação	2022	2021
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	**0,00**	**0,00**
Outros títulos	0,00	0,00
Fornecedores	**9 951,19**	**9 586,35**
Adiantamentos a Fornecedores	3 186,13	2 821,29
Adiantam.a Fornecedores de Investimento	6 765,06	6 765,06
Pessoal	**39,00**	**39,00**
Adiantamentos ao pessoal	39,00	39,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	**0,00**	**0,00**
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Financiadores	**0,00**	**0,00**
Outros devedores	**16 734,32**	**50 055,72**
Entidades do Estado	**0,00**	**0,00**
ISS	15 919,20	0,00
Outros	815,12	50 055,72
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	**26 724,51**	**59 681,07**

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "*Diferimentos*" registava os seguintes saldos:

Designação	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 468,42	5 668,60
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
Total	**7 468,42**	**5 668,60**
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	1 687,00	1 690,50
Subsídios à exploração	20 852,53	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	**22 539,53**	**1 690,50**

17.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, registava os seguintes saldos:

Designação	2022	2021
Caixa	1 835,16	1 434,17
Depósitos à ordem	69 261,37	18 863,70
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	**71 096,53**	**20 297,87**

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2022
Fundos	3 869,82	0,00	0,00	3 869,82
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	**-397 155,57**	0,00	-20 082,01	-417 237,58
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	**3 263 483,42**	**0,00**	**-240 338,02**	**3 023 145,40**
Subsídios Investimento	**3 119 486,59**	**0,00**	**-96 341,19**	**3 023 145,40**
Valor de 2021	3 119 486,59	0,00	0,00	3 119 486,59
Imputação de subsídios	**0,00**	0,00	**-96 341,19**	**-96 341,19**
ISS	0,00	0,00	-26 746,05	-26 746,05
FEDER	0,00	0,00	-35 371,95	-35 371,95
Fundação Montepio	0,00	0,00	-200,00	-200,00
Da comunidade/Donativos	0,00	0,00	-34 023,19	-34 023,19
Doações	143 996,83	0,00	-143 996,83	0,00
Resultado líquido do período	-20 082,01	62 593,60	0,00	42 511,59
Total	**2 850 115,66**	**62 593,60**	**-260 420,03**	**2 652 289,23**

As diminuições resultam da integração em resultados transitados do resultado líquido de 2021 no valor de -€20.082,01 e das imputações de subsídios ao investimento e doações, no valor de €97.088,70. Ainda como diminuição registou-se a alienação de imóveis doados.

17.8. Fornecedores

Os saldos das rubricas de "Fornecedores" discriminam-se da seguinte forma:

Designação	2022	2021
Fornecedores c/c	161 013,86	194 691,70
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	**161 013,86**	**194 691,70**

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está repartida da seguinte forma:

Designação	2022	2021
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA*	10 307,27	6 958,26
*** ao abrigo Dec. Lei 20/90**		
Outros Impostos e Tributações	13,27	0,00
Total	**10 320,54**	**6 958,26**
Passivo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	6 775,15	9 657,22
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	24 351,05	38 117,05
Outros Impostos e Tributações	854,78	542,67
Total	**31 980,98**	**48 316,94**

17.10. Outros passivos correntes

A rubrica "*Outros passivos correntes*" desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2022		2021	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Outros passivos financeiros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Depósitos à Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes e Utentes	**0,00**	**75 103,78**	**0,00**	**70 794,11**
Adiantamento de utentes	0,00	75 103,78	0,00	70 794,11
Fornecedores	**0,00**	**29 934,30**	**0,00**	**22 581,13**
Fornecedores de investimentos	0,00	29 934,30	0,00	22 581,13
Pessoal	**0,00**	**299,90**	**0,00**	**287,44**
Remunerações a pagar	0,00	25,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	274,90	0,00	287,44
Outros Financiadores	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Credores por acréscimos de gastos	**0,00**	**154 552,40**	**0,00**	**142 849,83**
Remunerações a liquidar	**0,00**	**154 552,40**	**0,00**	**142 849,83**
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2023	0,00	126 532,14	0,00	116 936,51
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2023	0,00	28 020,26	0,00	25 913,32
Outros Acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	**0,00**	**56 415,33**	**0,00**	**64 062,17**
Total	**0,00**	**316 305,71**	**0,00**	**300 574,68**

17.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Exploração de refeitórios	315 396,49	266 391,05
Outros Subcontratos	54 120,00	
Trabalhos especializados	73 888,13	32 108,81
Publicidade e propaganda		
Vigilância e segurança	33 612,71	87 774,44
Honorários	31 972,75	10 944,33
Conservação e Reparação		
Em equipamentos próprios	69 737,68	46 257,54
Serviços bancários	3 595,24	2 552,07
Outros		
Consultas utentes	6 741,48	22 748,62
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	4 863,53	4 776,15
Material de escritório	7 147,17	6 286,75
Artigos para oferta	18 993,94	380,76
Material didáctico	26,80	
Rouparia	760,14	4 466,31
Artigos saúde utentes	15 604,17	26 981,90
Jornais e revistas		
Electricidade	37 445,25	58 035,40
Combustíveis	8 854,04	5 273,75
Agua	26 967,86	29 781,22
Gás	94 955,14	27 846,07
Outros	3,16	544,50
Deslocações e Estadas		
Pessoal	5 681,29	2 120,31
Utentes	4 334,00	2 909,50
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias		
Rendas e alugueres	610,27	2 038,90
Comunicação	39 264,69	36 134,22
Seguros	7 216,35	6 174,06
Contencioso e notariado	216,91	4 130,30
Limpeza, higiene e conforto	82 839,23	55 004,55
Outros Serviços	5 994,39	1 759,40
Atividades de animação	409,12	560,87
Total	**951 251,93**	**743 981,78**

17.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2022	2021
Rendimentos Suplementares	24 977,08	18 990,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	46,34	259,98
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend.e ganhos em invest.não financeiros	531 452,49	229 558,64
Correções relativas períodos anteriores	20 974,25	13 408,23
Imputação de subsídios p/ investimento	97 088,70	99 331,18
Restituição de impostos	0,00	0,00
Ganhos em out.investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos	1 598,00	1 995,00
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	0,00	0,00
Total	**676 136,86**	**363 543,05**

17.13. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2022	2021
Impostos	6 818,30	835,73
Dívidas incobráveis	10 226,02	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	170 220,42	251,02
Donativos	75 100,00	45 550,00
Quotizações	225,00	225,00
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Outros não especificados	0,00	10 000,00
Outros Juros	0,00	0,00
Total	**262 589,74**	**56 861,75**

17.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e/ou rendimentos relacionados com juros e similares com financiamento. Os juros, dividendos e outros rendimentos similares estão evidenciados no quadro 17.12.

Designação	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21 260,09	29 773,61
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Total	**21 260,09**	**29 773,61**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Resultados Financeiros	**-21 260,09**	**-29 773,61**

17.15. Informações genéricas

O número médio de utentes e pessoal ao serviço em 2022 e 2021 foi o seguinte:

Designação	2022		2021	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
ERPI	93	66	83	63
Centro Dia	3	2	3	3
ACS - Sede	0	1	0	0
Total	**96**	**69**	**86**	**66**

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou, como pandemia a situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.
Sabe-se que o COVID-19 tem um impacto significativo na atividade económica mundial e que esse impacto perdurará para além da pandemia. Na presente data momento a pandemia encontra-se mais controlada devido sobretudo ao cumprimento de medidas de prevenção e à elevada taxa de vacinação.
No final de fevereiro de 2022 iniciou-se um conflito armado no leste europeu, encontrando-se ainda em curso. Desconhecendo-se ainda o impacto total deste evento, a Europa, e o mundo em geral, sofrerá consequências deste conflito com impacto na atividade económica, quer pelo aumento de preços em geral, quer até pela possível escassez de alguns produtos

17.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022.
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 10 de março de 2023.

O Contabilista Certificado

Ana Castro

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direcção.

A Direcção

_____, ____ de _____ de 2023